

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.289.785 - SP (2018/0106742-8)**

**RELATORA** : **MINISTRA REGINA HELENA COSTA**  
**AGRAVANTE** : **MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA**  
**PROCURADORES** : **CARMEN LÚCIA GUARCHE HESS PEREIRA** -  
SP120343  
**JULIANA MOIA DE ALMEIDA LINO E OUTRO(S)** -  
SP265813  
**AGRAVADO** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO**  
**PAULO**  
**INTERES.** : **JOSE CARLOS DE ALENCAR**  
**INTERES.** : **LENIRA RAMOS DE ALENCAR**  
**ADVOGADO** : **GUILHERME MAGALHÃES TEIXEIRA DE SOUZA**  
- SP202108

**DECISÃO**

**Vistos.**

Fls. 721/725e – Trata-se de petição apresentada por **JOSÉ CARLOS DE ALENCAR** e **LENIRA RAMOS DE ALENCAR** na qual, além de colacionar o instrumento de mandato outorgando poderes ao seu causídico, informa a existência de nulidade na publicação da decisão que inadmitiu o Recurso Especial.

Argumentam, em síntese, que (fls. 722e):

*Consoante se extrai dos autos, o Recurso Especial interposto pelos ora Peticionários o foi já sob a égide do CPC/2015, estando eles representados pelo patrono que a esta assina digitalmente (fls. 534/540). Em tal oportunidade, requereu-se expressamente que as intimações fossem direcionadas ao patrono que ora assina digitalmente. A despeito de tal fato, a intimação da decisão que denegou seguimento a tal recurso foi direcionada ao antigo patrono, conforme se extrai da anexa cópia do DJE do Estado de São Paulo. Nota-se, portanto, que não houve intimação do Patrono do ora Peticionário, ao contrário do que fez este C. Superior Tribunal que determinou a intimação para regularizar a representação processual.*

**É o relatório. Decido.**

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de

Processo Civil de 2015.

Esta Corte tem firme posicionamento segundo o qual, uma vez constante nos autos pedido de publicação exclusiva em nome de determinado advogado, é nula a intimação realizada no nome de outro causídico, ainda que conste nos instrumentos de mandato juntados posteriormente, em razão do cerceamento de defesa.

Nesse sentido:

**PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. INTIMAÇÃO. REQUERIMENTO PARA INTIMAÇÃO EXCLUSIVAMENTE NO NOME DE DOIS DOS ADVOGADOS DA PARTE. INOBSERVÂNCIA. NULIDADE.**

**ACÓRDÃO RECORRIDO EM SINTONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.**

*I. A jurisprudência desta Corte consolidou-se no sentido de que "havendo requerimento expresso de publicação exclusiva, é nula a intimação em nome de outro advogado, ainda que conste dos autos instrumento de procuração ou substabelecimento, haja vista o cerceamento de defesa (art. 236, § 1º, do CPC)" (STJ, AgRg nos EDcl no AREsp 314.781/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÓAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 11/12/2015). Nesse sentido: STJ, AgRg no REsp 1.496.663/MS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 28/08/2015; STJ, AgRg no REsp 1.382.719/MG, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 14/11/2014; STJ, EDcl no AREsp 571.034/ES, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe de 07/10/2014; STJ, AgRg no REsp 1.292.984/RJ, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 06/10/2014.*

*II. Agravo Regimental improvido.*

*(AgRg no REsp 1.119.797/DF, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 01/03/2016, DJe 14/03/2016);*

**PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. INTIMAÇÃO DOS ADVOGADOS CONSTITUÍDOS. SUBSTABELECIMENTO COM RESERVAS. INEXISTÊNCIA DE PEDIDO DE INTIMAÇÃO EXCLUSIVA. NULIDADE NÃO VERIFICADA. MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. VEDAÇÃO. SÚMULA 7/STJ.**

*1. O Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos presentes autos. Ressalte-se que não se pode confundir julgamento*

*desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.*

2. *O acórdão local está em sintonia com o entendimento desta Corte, no sentido de que "a intimação realizada em nome de um dos advogados constituídos nos autos pela parte, e desde que não haja pedido expresse de intimação exclusiva em nome de qualquer outro, é suficiente para eficácia do ato" (AgRg no AREsp 90.128/MG, Relator o Ministro Ari Pargendler, Primeira Turma, DJe de 15/04/2013).*

3. *No caso, a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, para afastar a multa por litigância de má-fé, exigiria novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada no âmbito do recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ.*

4. *Agravo regimental a que se nega provimento.*

(AgRg no REsp 1.382.719/MG, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 11/11/2014, DJe 14/11/2014);

**PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. INTIMAÇÃO. PARTE REPRESENTADA POR VÁRIOS ADVOGADOS. INTIMAÇÃO EXCLUSIVA. PEDIDO EXPRESSO. PREJUÍZO CONFIGURADO. VÍCIO ARGUIDO TEMPESTIVAMENTE. NULIDADE. OCORRÊNCIA.**

1. *É válida a publicação feita em nome de qualquer dos advogados representantes da parte, mesmo que substabelecidos, desde que não haja pedido expresse de intimação exclusiva em nome de determinado patrono.*

2. *Hipótese em que não foi observado pedido expresse de intimação exclusiva e, não obstante outro advogado tenha atendido a posteriores intimações, seu nome foi suprimido da autuação, gerando a nulidade da subsequente intimação.*

3. *Agravo regimental não provido.*

(AgRg no REsp 1.292.984/RJ, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/09/2014, DJe 06/10/2014).

*In casu*, quando da interposição do Recurso Especial, os ora Requerentes solicitaram que as futuras intimações fossem realizadas única e exclusivamente em nome do Dr. Guilherme Magalhães Teixeira de Souza (OAB/SP n. 202.108), sob pena de nulidade (fl. 534e), o que não foi atendido (fl. 725e).

Ressalto, por fim, que o acolhimento de tal alegação não torna sem efeito a decisão de fls. 682/683e e o acórdão de fls. 730/740e, uma vez que em ambos os casos estava em apreciação apenas o conhecimento do Agravo em Recurso Especial do **MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA** (fls. 612/626e), que, salvo prova em sentido contrário, foi devidamente intimado da decisão que inadmitiu seu Recurso

Especial.

Posto isso, **DETERMINO** a devolução dos autos ao tribunal de origem, a fim de que os Requerentes sejam novamente intimados da decisão de fl. 605e, que inadmitiu o Recurso Especial de fls. 534/540e, com observância do pedido de intimação exclusiva.

Prejudicados o exame dos Embargos de Declaração de fls. 746/748e.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

**MINISTRA REGINA HELENA COSTA**

Relatora

